

VII

Oleksandr Lenko

CLEPUL

Da metodologia do estudo da conspiração contra a Índia Portuguesa até às marchas dos satyagraha (*satyagrahis*) e à revolta em Dadrá e Nagar-Aveli¹



Em 2011 cumpriu-se meio centenário da anexação da Índia Portuguesa pela República da Índia, um prazo bastante suficiente para começar a varrer da memória todas as aflições e atitudes preconcebidas. Existem muitos livros e artigos sobre o assunto, mas ainda falta a clareza, ou seja, uma resposta científica que se equipare a uma conceção que deva ser praticada até que factos e evidências novos sejam descobertos, o que, por seu turno, permite elaborar uma nova conceção. Aceite e levada à prática uma inovação sustentada, as relações internacionais podem mudar-se consoante as leis objetivas, descobertas e descritas através das ferramentas científicas a seguir: a lógica, o experimento, a regra, a exceção, a probabilidade e um lugar no campo de conhecimento geral. Portanto, o problema de avaliação de acontecimentos do passado, inclusive a captura da Índia Portuguesa, pode ser resolvido somente com recurso às leis objetivas que existem independentemente da nossa atitude subjetiva em relação a elas. Isto vai no sentido contrário daquelas asserções teóricas que são propensas a preconizar a rejeição da existência da verdade objetiva.

A escolha do alicerce metodológico: o foco nas duas leis básicas das ciências humanas

A primeira lei básica das ciências humanas consiste na *liberdade de escolha*, tanto de um indivíduo como de um grupo. René Descartes (1596-1650), um dos fundadores da filosofia moderna², considerava a *liberdade* como parte da natureza humana. Consoante a sua observação, ela é inata nos seres humanos³ e autoevidente (*per se notam*)⁴. Quanto à liberdade de escolha, segundo Descartes ela consiste na nossa possibilidade de fazer ou não fazer alguma coisa, assentando simplesmente no facto de que, quando a inteligência nos impele a afirmar ou negar algo, a perseguir ou evitar qualquer coisa, não sentimos que estejamos determinados por uma força exterior⁵. Descartes definiu o limite da liberdade de escolha em conformidade com o critério de falsificabilidade de Karl Popper, formulado posteriormente no século XX (cada teoria verdadeiramente científica deve ter o seu limite, ou seja, ter em conta as condições em que ela não atua, caso contrário assemelha-se à religião)⁶, e revelou que a liberdade de escolha, como uma componente imprescindível da vida humana, iria permanecer até que fosse definitivamente percebido o que é o bom e o mau: segundo Descartes, se conseguíssemos discernir sempre a verdade e o bom não teríamos nunca de deliberar acerca do julgamento correto⁷. Deste modo, desapareceria a liberdade de escolha e restaria apenas a *liberdade* completa. Por conseguinte, René Descartes não somente definiu liberdade de escolha como máxima (axioma da vida humana) nas condições do conhecimento do mundo real onde existe uma indeterminação quanto ao desconhecido, mas também lhe deu contornos científicos através da definição do seu limite, que teoricamente se atinge quando se domina o conhecimento total e a liberdade. Notáveis filósofos das ciências sociais e humanas da Escola Económica de Londres, como Friedrich A. von Hayek e Karl Popper, fizeram da liberdade de escolha o ponto fulcral das suas teorias, mas não providenciaram a prova teórica da liberdade de escolha. Hayek limitou-se a referir que a nossa liberdade de escolha numa sociedade competitiva reside no facto de que se uma pessoa recusa satisfazer os nossos desejos, podemos recorrer a outra⁸. O indeterminismo histórico de Popper baseia-se na mesma observação axiomática⁹.

¹ Parte I da obra *A captura da Índia Portuguesa à luz de um estratagema político na Ásia do Sul no contexto da Guerra Fria*.

² Cf. "Descartes' Physics", in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/descartes-ethics/> (publicado pela primeira vez a 29 de julho de 2005; revisto a 27 de junho de 2009).

³ C. Adam e P. Tannery (orgs.), *Oeuvres de Descartes*, Paris, Vrin, 1964-1976, vol. 8 (1), p. 19; J. Cottingham, R. Stoothoff e D. Murdoch (orgs.), *The Philosophical Writings of Descartes*, vol. 1, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 205 ss.

⁴ Murray Miles, *Insight and Indifference. Descartes' s Founding Principles and Modern Philosophy*, Toronto, Buffalo, London, University of Toronto Press, 1999, p. 174.

⁵ Cf. C. Adam e P. Tannery (orgs.), *op. cit.*, vol. 7, p. 57.

⁶ Cf. "Karl Popper", in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/popper/> (publicado pela primeira vez a 13 de novembro de 1997; revisto a 9 de fevereiro de 2000).

⁷ C. Adam e P. Tannery (orgs.), *op. cit.*, vol. 7, p. 58; J. Cottingham, R. Stoothoff e D. Murdoch (orgs.), *op. cit.*, vol. 2, p. 40.

⁸ Friedrich A. von Hayek, *The Road to Serfdom*, New York, Routledge, 2005, p. 96.

⁹ Cf. "Karl Popper", in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, *op. cit.*

¹⁰ Cf. "Isaiah Berlin", in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, disponível em <http://plato.stanford.edu> (publicado pela primeira vez em outubro de 2004; revisto em maio de 2010).

¹¹ Cf. C. Adam e P. Tannery (orgs.), *op. cit.*, vol. 7; Murray Miles, *op. cit.*.

¹² *Ibidem*.

¹³ Cf. C. Adam e P. Tannery (orgs.), *op. cit.*, vol. 7, p. 58; J. Cottingham, R. Stoothoff e D. Murdoch (orgs.), *op. cit.*, vol. 2, p. 40.

¹⁴ James Brown Scott, "Introduction", in Hugo Grotius, *De Jure Belli ac Pacis, Libri Tres* (org. Francis W. Kelsey et alii), vol. 2, Oxford-London, Clarendon Press-Humphrey Milford, 1925, p. 35; John Locke, "Of the State of war", in *Two Treatises on Government* (1680-1690), liv. 2, cap. 3, §16, disponível em <http://www.lonang.com/exlibris/locke/loc-203.htm> (acedido a 2 de agosto de 2012).

¹⁵ Mt 26, 52.

¹⁶ Cf. Hugo Grotius, *op. cit.*

¹⁷ James Brown Scott, *op. cit.*, p. 34.

A prova da lei de liberdade de escolha manifesta-se na experiência milenária de toda a humanidade e demonstra-se por meio da prova por contradição. Por exemplo, se os sujeitos não tivessem liberdade de escolha, não teriam sido introduzidas as leis punitivas, pois neste caso a gente interpretava cada ação como correta e inevitável, o que quer dizer que o homicídio ou o roubo teriam sido entendidos como atos predeterminados. Então não seria possível distinguir as pessoas boas das más, pois as primeiras e as segundas seriam manipuladas pela mesma força perentória. Como apontou Isaiah Berlin, caso esteja aceite o determinismo, a rejeição da responsabilidade moral individual seria iminente¹⁰. Isto levaria ao desaparecimento da diferença entre o bom e o mau e à capacidade de ir por ambas as vias, ainda que alternadamente. A incompatibilidade da liberdade com o uso das duas vias, o que é do limite dela e implica a sujeição da mesma à falsificabilidade, ou seja, à teoria científica, está frisada na seguinte asserção de René Descartes: para sermos livres não podemos ser capazes de ir por duas vias; pelo contrário, quanto mais nos inclinamos para uma via, mais livres nos tornamos¹¹. Porém, ao contrário do caso de se saber perfeitamente o que é o bom e o mau se permanecesse unicamente a liberdade completa, no caso de aceitação das duas vias, a liberdade de escolha, segundo Descartes, não desapareceria, mas seria reduzida à "espontaneidade", pois a "indiferença" entre as vias do bom e do mau, pela convicção de Descartes, é a negação e o desaparecimento da liberdade¹². E vice-versa, quando há liberdade, no parecer de Descartes, não pode existir indiferença, pois mesmo que o sujeito fosse completamente livre, não seria possível permanecer num estado de indiferença¹³.

Enfim, no caso de adoção da ideia de predeterminação total, a percepção da vida tornar-se-ia num espetáculo no pano de fundo de indiferença onnipresente entre o bom e o mau, em que cada um faria como entendesse, e o que estivesse entendido teria de ser considerado como espontaneidade predeterminada por uma força exterior e superior. Mas a história testemunha que não há nem houve um grupo de seres humanos que não tenha tido leis punitivas, o que é a prova empírica daquilo que, apesar de algumas tentativas de negar a liberdade de escolha, como fez João Calvino, a humanidade tem sido, de facto, diretamente ou indiretamente obrigada a reconhecer uma liberdade de escolha do indivíduo como parte imprescindível da vida. Caso contrário, a sociedade não poderia existir e inevitavelmente desfazer-se-ia. Enfim, a questão é que se pode dar, pelo menos, um exemplo de uma comunidade sustentável em que ninguém tivesse remorsos, nem escrúpulos, nem culpas, nem punição pelos seus atos arbitrários, sendo considerado como o porta-voz da vontade supraindividual e objetiva, ou seja, uma espécie do faraó. Por enquanto, contudo, não houve tal comunidade, o que empiricamente testemunha que a liberdade de escolha existe.

Tendo em conta a falsificabilidade e a prova por contradição da lei de liberdade de escolha, a avaliação da captura da Índia Portuguesa tem de ser intrinsecamente interpretada à luz da última, sendo que aquilo que aconteceu não foi inevitável e, do ponto de vista científico, certamente houve outras vias políticas para o governo da República da Índia. Portanto, neste caso, coloca-se uma questão fulcral: que via política, entre todas as possíveis, estaria em conformidade com a outra lei básica das ciências humanas, a lei de coexistência, que afirma a necessidade de evitar a eliminação de seres humanos enquanto for possível coexistir?¹⁴ Esta concretização e reformulação do antigo mandamento "não mates" foi sugerida pela primeira vez por Jesus Cristo na sustentação do ordenamento ao apóstolo Pedro: "Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão"¹⁵. Aliás, a argumentação teórica veio a afirmar-se com o poder explanatório de grandes pensadores modernos, como Hugo Grócio (Grocus), Francis Bacon e John Locke. Grócio construiu o seu raciocínio a partir do facto empírico de que a autopreservação faz parte da natureza biológica ("animal")¹⁶ de cada ser humano e "a lei provém da necessidade de auto-preservação"¹⁷. Porque os seres humanos pertencem a uma espécie biológica e são capazes de gerar as suas crias, a caça aos humanos é uma perversão da natureza, segundo Grócio: "[...] as relações sanguíneas foram instaladas entre nós

pela natureza; consequentemente é errado espreitar a vítima entre humanos não perigosos”¹⁸. Em relação a isto, Bacon sustenta que a força faz violenta a natureza humana.¹⁹ Grócio indica que a arbitrariedade é descartada nas relações entre indivíduos e grupos sociais perante a sua união²⁰, e mesmo a retaliação tem de ser subordinada à arbitragem se a parte culpada vem ao abrigo dela²¹.

Há dois casos de violação da lei de coexistência ou de necessidade de evitar a eliminação de seres humanos enquanto for possível coexistir:

a) matar por engano, pensando não haver uma possibilidade do convívio quando ela existe;

b) matar de propósito para alcançar resultados rápidos.

Quando se viola esta lei por engano, outros seres humanos – quer indivíduos quer povos – mais cedo ou mais tarde entendem-no, caso contrário consideram-no como matança intencional (veja a elucidação abaixo). Trata-se da reação defensiva gerada pelo instinto de autopreservação, pois eles apercebem-se de que podem facilmente tornar-se na próxima vítima dessa arrogância. Como justamente acrescentou Hugo Grócio: “A natureza humana tem o conhecimento que a empurra para ações semelhantes em circunstâncias semelhantes”²². A falta do conhecimento sobre a amplitude da aberração do matador por engano engendra incerteza, o que, segundo Francis Bacon, viola a liberdade, que está diretamente ligada à certeza: “O conhecimento é adquirido se nós procedermos da certeza baixa para uma liberdade superior, e da liberdade baixa para uma certeza superior”²³. É de notar que a asserção da união de liberdade, conhecimento e certeza é comum para Francis Bacon e René Descartes, e segundo o raciocínio do último, como já foi mostrado, a perda da liberdade leva ao incremento da liberdade de escolha entre o bom e o mau. Ainda que o matador por engano se arrependa e efetivamente não represente ameaça, e possa ser útil para a sociedade, ele pode ser morto por um outro na sequência da avaliação imperfeita ou da escolha errónea entre as vias do bom e do mau. Na omissão de “um outro”, mesmo que se compreenda a atitude que levou a esta omissão e que a avaliação imperfeita possa ser evitada no futuro, ele também pode ser vítima da mesma escolha errada entre o bom e o mau de um outro qualquer. Implicando isso, Isaiah Berlin frisou que a violência tem consequências voláteis e imprevistas, tendendo a descontrolar-se, numa lógica de espiral²⁴.

No caso da matança intencional como a via mais curta de atingir objetivos, a gente habitua-se a resolver tudo pela força, o que não deixa outra opção senão em contrapartida acumular a força para se defender da agressão provável. John Locke sustentou que “a resolução perentória quanto à vida do outro põe-no em estado de guerra contra aquele a quem essa intenção foi declarada”, e que “o estado da guerra é o estado de inimizade e destruição”²⁵. Caso haja uma vantagem situacional, fica a questão vital de assegurar o futuro, usando a força para enfraquecer ou eliminar a fonte permanente de ameaça potencial. Foi neste sentido que Francis Bacon colocou em relevo que basta o medo de ameaça iminente, mesmo não havendo um pretexto, para que surja a causa justa para a guerra²⁶. Entendida a ameaça, nasce aos olhos alheios uma causa justa para as medidas punitivas, que é a retaliação ao homicídio errado ou intencional com intuito de o prevenir. John Locke raciocinou na esteira de Bacon: “[...] pela mesma razão, alguém pode matar o lobo ou o leão, pois eles não estão sob laços da lei comum de razão, não têm outra guia senão a força e a violência, e só podem ser tratados como uma fera a caçar, aquelas criaturas perigosas e sinistras que estarão dispostas a eliminá-lo quando ele cair no poder delas”²⁷. Portanto, basta que um agente da comunidade recorra à força sem causa justa para que em contrapartida apareça uma resposta adequada e justificada, baseada na lógica de preservação da vida de comunidade, o que, por sua vez, é o cerne da moral social e comunitária.

Como já foi referido, estas leis, cujos princípios começaram a formar-se no século XVII, começaram a ser implementadas apenas em meados do século XIX, com o aparecimento do liberalismo da Escola de Manchester (Grã-Bretanha), que içou o *slogan* “a paz, o comércio livre, a reforma”. No entanto, só há relativamente pouco tempo, em meados do século XX, é que as ciências humanas desen-

¹⁸ Hugo Grotius, *op. cit.*, vol. 2, p. 14.

¹⁹ Cf. Maria Augusta Scott (ed.), *The essays of Francis Bacon*, New York, Charles Scribner's Sons, 1908, p. 86.

²⁰ James Brown Scott, *op. cit.*, pp. 34-35.

²¹ *Ibidem*, p. 36.

²² Hugo Grotius, *op. cit.*, vol. 2, p. 12.

²³ J. Spedding, R. L. Ellis e D. D. Heath (eds.), *Francis Bacon, The Works*, vol. 4, London, Longman, 1901, pp. 109-110.

²⁴ Cf. “Isaiah Berlin”, in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, *op. cit.*

²⁵ John Locke, *op. cit.*

²⁶ Maria Augusta Scott (ed.), *op. cit.*, p. 86.

²⁷ John Locke, *op. cit.*

²⁸ Cf. "Isaiah Berlin", in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, *op. cit.*.

²⁹ Albert Einstein, *Ciência e Religião* (1939-1941) [título original: *Out of my later years*, New York, Philosophical Library, 1950]; Albert Einstein, *Escritos da Maturidade: artigos sobre ciência, educação, relações sociais, racismo, ciências sociais e religião* (trad. de Maria Luísa X. de A. Borges), Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1994, p. 31.

³⁰ Cf. "Francis Bacon", in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, *op. cit.*

³¹ Hugo Grotius, *op. cit.*, vol. 2, p.12.

cadearam o processo da conceptualização e aprovação destas leis, na sequência das duas guerras mundiais, quando foi fundada a ONU e a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), factos que impulsionaram significativamente os cientistas, especialmente na área do direito internacional. Estas leis avançadas não só se apoiam na atitude científica como na coragem política e civil para o reconhecimento das consequências graves da sua violação. Portanto, em termos da escolha do alicerce metodológico, a avaliação do caso da captura da Índia Portuguesa não pode escapar de ser feita através do prisma das leis básicas das ciências humanas, nomeadamente a lei de liberdade de escolha e a de coexistência ou de abstenção de eliminação de seres humanos enquanto for possível coexistir.

A escolha da ferramenta metodológica: a abordagem complexa, declarações políticas, o fenómeno de ambiguidade e o princípio de analogia

Para tentar desenredar problemas principais da história, tais como a captura da Índia Portuguesa, é necessário recorrer à abordagem complexa ou integral. Por outras palavras, passar por todos os fatores e dimensões da existência da sociedade, independentemente da sua suposta importância, pois podem ser descobertos acontecimentos pequenos em esferas diferentes que, não revelando a ligação direta entre si, podem ter uma ligação forte ao acontecimento principal, consistindo numa prova sólida para uma hipótese avançada ou informativa, segundo a terminologia de Isaiah Berlin²⁸. A propósito disto, Albert Einstein frisou: "A ciência é o esforço secular de reunir, através do pensamento sistemático, os fenómenos perceptíveis deste mundo, numa associação tão completa quanto possível. Falando claramente, é uma tentativa de reconstrução posterior da existência pelo processo da conceituação".²⁹ Portanto, a verdadeira abordagem científica nas ciências humanas deve ser integral, pois em todas as áreas deve sempre verificar-se se existe ou não uma associação, direta ou indireta, entre os conceitos.

Na análise de estratégias políticas, merece especial atenção a distinção entre a *política direta*, em que não há diferença entre a meta principal, declarações políticas e atuações dos políticos, e a *política indireta*, em que há discrepância entre as mesmas. Acontece que a divergência entre as declarações dos políticos e as suas atuações, sua meta principal, na prática é rara, pois essa divergência eleva exponencialmente os riscos políticos. Neste caso, o balanço de prejuízo político por causa do logro evidente (prática prejudicial) tem frequentemente mais peso do que o efeito positivo da meta. Aliás, caso a meta principal seja mascarada por detrás de uma cadeia de acontecimentos prováveis que se desencaixam como um dominó a cair, a divergência entre as declarações e as atuações no atingimento de uma meta secundária, não evidentemente ligada a interesses próprios, baixa significativamente os riscos políticos, pois essa divergência não se entende como logro consumado, podendo ser mal entendida. Daí ser necessário considerar a diferença entre *declarações diretas*, que fazem parte da *política direta*, e *declarações indiretas*, subordinadas à *política indireta*. Também na política externa, do ponto de vista metodológico, é preciso sempre conferir *declarações formais* livremente divulgadas ao público com *declarações informais* destinadas, antes de tudo, aos políticos e peritos que tomam decisões finais. Aliás, a prática política engendra frequentemente o fenómeno de ambiguidade, do qual a *política indireta* e *declarações indiretas* fazem parte, bem como a discrepância entre *declarações formais* e *informais*, ocultando assim intenções finais que podem levar à obtenção da vantagem política.

Porém, segundo Francis Bacon, factos empíricos não podem ser recolhidos da natureza, mas têm de ser constituídos pela metodologia para assegurar a base empírica das generalizações indutivas. Destas generalizações (*axiomata*) devem ser inferidas leis fundamentais, o que leva a deduções práticas, sob a forma de novas experiências³⁰. Por isso, é necessário escolher uma orientação metodológica, cuja função no caso das ciências sociais e humanas mais convém à analogia, ou, como já mencionámos no caso de Hugo Grócio, à tendência de se repetir nas mesmas circunstâncias³¹, que segue o seguinte modelo: A está para B, assim

como C está para D³². Por regra, aos acontecimentos ou situações semelhantes num contexto histórico e político semelhante aplica-se a mesma atitude, o que no campo político significa que o comportamento de um Estado em relação a dois fenómenos semelhantes será, senão absolutamente igual, então da mesma natureza. O princípio de analogia já se tem aplicado na jurisprudência e consiste em aplicar, a um caso não previsto de modo direto por uma norma jurídica, uma norma prevista para um caso distinto, mas semelhante ao caso concreto.³³ Enfim, frisemos que a mesma analogia está na base dos métodos científicos históricos diacrónico e sincrónico. Na aplicação do princípio da analogia, é preciso escolher acontecimentos que tenham os atores principais e o contexto parecido com os fenómenos do caso principal. A seguir, é necessário detetar a relação sustentável entre os acontecimentos, ou seja, obter as provas de que eles apareceram juntos acidentalmente. Depois é preciso conceituá-los ou definir a natureza da relação entre eles. Um conceito inferido pela analogia pode ser usado como uma hipótese científica, sendo transformado em teoria desde que esta hipótese seja confirmada empiricamente.

O caso da Guiana Britânica e a atitude anglo-americana em relação à Índia

Na arena internacional das décadas de 50 e de 60, o ator principal foram os Estados Unidos, sendo o maior produtor mundial de bens, o maior detentor de ativos financeiros e o pilar principal da OTAN e de todo o bloco ocidental na Guerra Fria. Para ter uma pequena ideia de qual o comportamento político que na realidade poderia ser característico para os EUA e a Grã-Bretanha em relação à Índia convém pôr o foco no caso da Guiana Britânica (Guiana – nome contemporâneo), que naquela altura ainda era colónia da Grã-Bretanha, o aliado principal dos EUA.

Primeiro, a Guiana Britânica, a República da Índia e os EUA tinham raízes no colonialismo britânico, sendo a área de circulação da língua e, principalmente, de jurisprudência inglesa. Em segundo lugar, na década de 50 os líderes dos governos da Guiana Britânica e da República da Índia, Cheddi Bharat Jagan e Jawaharlal Nehru, cujos antecessores eram provenientes do Hindustano, tinham uma orientação de esquerda, em contraste com os EUA, que eram o baluarte do capitalismo liberal. Cheddi Jagan foi formado nos EUA, ao passo que Jawaharlal Nehru foi formado na Inglaterra. Em comparação, Jagan foi casado com uma marxista, o que nos poderá indiciar que ele não foi alheio ao marxismo, considerando que um casamento pode espoletar o aparecimento de uma unidade social nova. Para além disso, o casamento implica sempre a aceitação do cônjuge como ele é, com todos os seus prós e contras, e, dado que o marxismo fazia parte desta união matrimonial, não havia dúvida nenhuma de que Jagan era capaz de conviver com o marxismo, pois se não tivesse aguentado a mentalidade marxista, não teria casado com uma portadora da mesma. Nehru também não foi alheio ao marxismo, tendo-se apaixonado por esta doutrina na década de 30, para depois se distanciar do marxismo-leninismo, nomeadamente por causa do sacrifício dos indivíduos em nome do interesse das massas (inclusive a negligência do direito à vida do indivíduo em nome do povo), facto que veio a observar-se no regime estalinista na URSS. Nehru preservou, aliás, os elementos importantes da doutrina marxista, tais como o igualitarismo na distribuição dos bens e a ideia de que por maior que fosse a dimensão da propriedade pública mais eficaz seria a democracia e a autogovernança do povo. Jagan foi eleito para o cargo de primeiro-ministro pela primeira vez em 1953, quando Nehru já estava no poder, mas pouco depois Winston Churchill suspendeu a constituição e mandou Jagan para a cadeia, como tinha feito na altura com Nehru. Depois de os britânicos terem restaurado o governo constitucional, Jagan foi libertado e reeleito pela segunda vez. Em outubro de 1961 visitou a Casa Branca e foi falar com o presidente J.F. Kennedy para pedir ajuda aos EUA, que temiam que ele entregasse a Guiana Britânica à União Soviética. Jagan prometeu a Kennedy que na Guiana Britânica não haveria qualquer

³² "Analogia", in *Dicionário sensagent*, disponível em <http://dicionario.sensagent.com/analogia/pt-pt/>.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Cf. Tim Weiner, *História da CIA. Um legado de cinzas*, Lisboa, DIFEL, 2008, p. 250.

³⁵ Cf. Roy Godson, *Dirty Tricks or Trump Cards: U.S. Covert Action and Counterintelligence*, Washington, Brassey's, 1996.

³⁶ Henry Kissinger, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2007, p. 519.

³⁷ Jack Snyder, "Introduction", in *Dominoes and Bandwagons: Strategic Beliefs and Great Power Competition in the Eurasian Rimland*, vol. 8, New York, Oxford University Press, 1991, p. 3.

³⁸ Francis P. Sempa, "Spykman's World", in *American Diplomacy. Foreign Service Dispatches and Periodic Reports on U.S. Foreign Policy*, abril de 2006, disponível em <http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2006/0406/sempa/spykman.html> (acedido a 2 de agosto de 2012).

base militar soviética. No mês seguinte, Kennedy frisou, em entrevista ao jornal soviético *Izvestia*, que Cheddi Jagan podia ser um marxista; porém, tendo sido escolhido através de eleições honestas, os EUA não se opunham.³⁴ Porém, Kennedy decidiu utilizar a CIA para afastar Jagan do poder. Pouco depois, os sindicatos guianenses receberam o dinheiro e os conselhos do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre que, por seu turno, recebia os conselhos e o dinheiro da CIA. Os sindicatos revoltaram-se, apareceram estações de rádio nunca antes ouvidas, vários motins tiraram a vida a mais de uma centena de pessoas. No final de contas, nas eleições seguintes o partido de Jagan não conseguiu a maioria e ele foi afastado do poder.

Do caso da Guiana Britânica, na sequência da aplicação do princípio de analogia, podemos conceituar os acima mencionados acontecimentos e elaborar as seguintes hipóteses sobre medidas políticas prováveis dos aliados anglo-americanos em relação à Índia:

1. O principal imperativo dos governos americano e britânico devia ser fazer tudo o que pudessem para prevenir o envolvimento da Índia na zona de influência da URSS.

2. Nas condições da Guerra Fria, os americanos podiam continuar a usar *declarações formais* juntamente com outras *declarações informais*, o que do ponto de vista de lógica formal deve ser definido como política ambígua.

3. A Casa Branca podia continuar a utilizar a CIA, inclusive as suas operações secretas.³⁵

O lugar especial da Índia na teoria e prática geopolítica anglo-americana

Para entender os motivos dos políticos e serviços secretos americanos e britânicos para intervirem na Índia é preciso definir corretamente o lugar e significado da Índia na política externa dos aliados anglo-americanos após a II Guerra Mundial. Antes de tudo, destaquemos uma observação de um estadista e eminente pensador americano, Henry Kissinger, que afirmou:

[O]s dirigentes britânicos de ambos os partidos conseguiram tornar-se tão indispensáveis no processo americano de tomada de decisões, que os presidentes e respetivos colaboradores acabaram por encarar as consultas com Londres não como um favor especial a um aliado mais fraco, mas como uma componente vital do seu próprio governo.³⁶

Tradicionalmente, os britânicos consideravam a infiltração comunista como primeira ameaça, desenvolvendo uma teoria de penetração do comunismo que foi exposta num documento confidencial da Administração britânica na Índia em 1933 e na qual a graduação de escalada contava cinco etapas principais, nomeadamente: infiltração, mobilização, revolução, sovietação, revolução mundial; e também 18 interetapas. Não é difícil ver nisso as componentes da teoria do dominó a cair (da infiltração até à revolução mundial). Esta foi a causa principal da aceitação da estratégia de contenção do comunismo por meio de guerras locais (i.e., Guerra da Coreia e Guerra do Vietname)³⁷. Aceite o velho princípio do dominó na contenção do comunismo, os americanos adicionaram a sua própria visão geopolítica, baseada nos trabalhos de um emigrante holandês, o professor catedrático na Universidade de Yale Nicholas J. Spykman, cuja influência determinante na elaboração da política externa americana do tempo da Guerra Fria tem sido destacada por muitos investigadores.³⁸

Spykman aceitou o conceito do fundador da geopolítica, o britânico Alfred Mackinder, sobre o *Heartland* ou a região fulcral do mundo, que quase coincidia com as fronteiras da URSS e cuja posse abria caminho para o domínio mundial. Mas Spykman acreditava que Mackinder tinha sobreavaliado o potencial do *Heartland*, pois a região-chave foi o "crescente interno ou marginal" a que

Spykman chamou *Rimland*, situado entre o *Heartland* e os mares marginais, o que funcionava como uma vasta zona amortecedora e que no conflito entre os poderes marítimos e os poderes terrestres teria de se defender tanto por terra como por mar.³⁹ O *Rimland* incluía os países da Europa Oeste, o Médio Oriente, o Sudoeste Asiático, a China e o Oriente. Estes territórios, juntamente com países situados nas ilhas da Grã-Bretanha e do Japão, possuíam maiores recursos industriais do que o *Heartland*, beneficiando tanto da terra como do poder marítimo.⁴⁰

No entanto, os americanos fundiram a teoria do dominó com o conceito geopolítico de Spykman, transformando conceptualmente a Guerra Fria numa batalha pelo *Rimland*. Em abril de 1954, numa conferência de imprensa, o presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, sustentou o princípio do dominó para justificar a política externa americana: do ponto de vista da cadeia de eventos possível, a perda da Indochina, da Birmânia, da Tailândia ou da Indonésia não se cifrava apenas nas desvantagens da perda de matérias-primas e suas fontes, mas tratava-se sobretudo de milhões e milhões de pessoas.

Contudo, a plataforma política para isso foi criada antes, em 1949, quando o Comité Coordenador Estatal das Forças Áreas Marinhas das Tropas Armadas (SANACC) dos EUA foi indigitado para averiguar os interesses americanos na Ásia do Sul e achou útil alocar os fundos e os meios militares necessários para afastar da URSS os países asiáticos. Em dezembro de 1949, o presidente dos EUA, H. Truman, assinou a resolução n.º 48 do Conselho da Segurança Nacional (NSC), que chamou a atenção para “aproveitar cada oportunidade para aumentar a orientação ocidental do Sudoeste Asiático”.⁴¹ No ano seguinte, esta resolução foi suprida pela nova resolução do NSC, a resolução n.º 68, que rejeitou a renovação do isolacionismo americano que poderia levar à dominação da URSS sobre a Eurásia.⁴²

Com a relativamente bem-sucedida Guerra da Coreia, os EUA receberam o estímulo para continuar a opor-se à expansão de influência comunista na Ásia do Sul e no Sudeste asiático. Tendo em consideração a teoria e a prática americana, a militância do comunismo totalitário soviético, bem como do comunismo chinês na sua versão maoísta, e a propensão doutrinal de ambos para a expansão ideológica e territorial, o mais provável campo da seguinte guerra contra o comunismo seria também na parte asiática do “crescente interno ou marginal” ou *Rimland*. Travar uma guerra de contenção contra o comunismo nessa área era muito arriscado, senão impossível, sem assegurar a lealdade da República da Índia, então o maior país não comunista da região, tanto pelo território como pela população. Para sustentar este corolário, foquemos naquilo que, em consequência das queixas do embaixador americano na Índia, Philip Jessup,⁴³ em maio de 1951 Sir Archibald Nye, o alto comissário da Grã-Bretanha na Índia, apontou no relatório secreto ao Departamento das Relações da Comunidade Britânica: na sua postura desafiante em relação à China, a Índia não desempenhava um papel positivo na Ásia. Sublinhou que os britânicos iriam auxiliar os americanos no asseguramento estratégico de melhores pontos no estratagema político (*gaimsmanship*) na Ásia em troca do dinheiro e de “músculos americanos”.⁴⁴ Mercê do fenómeno de ambiguidade próprio da política externa, a primeira coisa a ensinar era a não ter medo de ir contra a lógica formal, violação que na cultura anglo-saxónica se equipara ao absurdo ou mentira e que até agora se tem considerado pungente na política interna americana e britânica. Porém, para justificar ou “legitimar” perante o eleitorado a prática do estratagema político em que os objetivos finais se escondem na ambiguidade e nas manobras políticas, tinha sido feita uma conveniente renúncia moral. Segundo Henry Kissinger, “em política externa a Grã-Bretanha sempre tendeu a praticar uma forma conveniente de egoísmo ético: o que é bom para a Grã-Bretanha é considerado igualmente bom para o resto do mundo”.⁴⁵ O mesmo poderia ser aplicado ao tempo da Guerra Fria, ou seja, o que era bom para a vitória do campo ocidental sobre o comunismo totalitário era bom para todo o mundo.

³⁹ Nicholas J. Spykman, *The Geography of the Peace*, New York, Harcourt, Brace and Company, 1944, p. 43.

⁴⁰ Francis P. Sempa, *op. cit.*

⁴¹ Andrew J. Rotter, *Comrades at Odds: The United States and India, 1947-1964*, New York, Cornell University Press, 2000, p. 55.

⁴² NSC-68, 1950, *U.S. Department of State, Office of the Historian*, disponível em <http://history.state.gov/milestones/1945-1952/NSC68>.

⁴³ Andrew J. Rotter, *op. cit.*, p. 47.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 45, 53.

⁴⁵ Henry Kissinger, *op. cit.*, p. 519.

⁴⁶ W. P. Sidhu Singh e Jing-Dong Yuan, *China and India: Cooperation or Conflict?*, Boulder, CO: Lynne Rienner, 2003, p. 12.

⁴⁷ Jehangir Khan, "US-Pakistan Relations: The Geo-strategic and Geopolitical Factors", *Canadian Social Science*, vol. 6 (2), 2010, p. 63.

⁴⁸ Beatrice P. Lamb, *India: A World in Transition*, New York, Frederick A. Praeger, 1963, p. 320.

⁴⁹ Benjamin Zachariah, *Nehru*, New York, Routledge, 2004, p. 232.

⁵⁰ Dennis Merrill, *Bread and the Ballot: The United States and India's Economic Development, 1947-1963*, Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1990, p. 140.

⁵¹ *Agreement between the Government of the Republic of India and the government of the People's Republic of China on trade and intercourse between Tibet region of China and India*, disponível em http://ignca.nic.in/ks_41062.htm.

⁵² "The Taiwan Straits Crises: 1954-1955 and 1958", *U. S. Department of State. Office of the Historian*, disponível em <http://history.state.gov/milestones/1953-1960/TaiwanSTraitCrises>

⁵³ Cf. Kenneth Conboy e James Morrison, *The CIA's Secret War in Tibet*, Lawrence, University Press of Kansas, 2002, disponível em <http://www.naderlibrary.com/cia.secret.war.prodigal.htm>.

A definição dos pontos vulneráveis no estratagema político contra o comunismo na Ásia do Sul: a Índia Portuguesa e a fronteira indo-tibetana

A Índia tinha três questões territoriais pendentes: a de Jammu e Caxemira com o Paquistão, a das colônias portuguesas na Índia e a de demarcação da fronteira com a China no Tibete, que tinha sido ocupado pelas tropas chinesas desde 1950, o que o governo chinês viu como ponto final na reunificação das cinco raças da China.⁴⁶ Depois do golpe de estado no Paquistão, em abril de 1953, suportado pelos EUA,⁴⁷ seguiu-se o fornecimento de armas americanas ao Paquistão,⁴⁸ o que provocou a reação negativa de Nehru e o levou a dar um passo dramático em termos morais: concordou com o aprisionamento do seu amigo xeque Abdullah, o primeiro-ministro da Caxemira⁴⁹, que, tendo sido promovido por ele e por M. K. Gandhi, começou a defender contra a vontade de Nehru a larga autonomia deste Estado da República da Índia. Na realidade, os americanos armaram o Paquistão contra a URSS e não queriam provocar uma guerra indo-paquistanesa, na medida em que isso empurraria inevitavelmente a Índia para a União Soviética, inclusive aceitando a sua ajuda militar. Como naquele tempo disse então o Secretário do Estado dos EUA, John Foster Dullas, amedrontado pela expansão comunista, para os Estados Unidos era melhor perder a aliada Tailândia do que a Índia neutral.⁵⁰

Em consequência do aumento do potencial militar do Paquistão, Nehru decidiu melhorar as relações com a China, outro vizinho propenso ao expansionismo. Em 29 de abril de 1954, reconheceu efetivamente o direito da China ao Tibete, ocupado pelas tropas chinesas desde 1950, no "Acordo entre o Governo da República da Índia e o governo da República Popular da China sobre o comércio e intercuro entre a região do Tibete da China e a Índia".⁵¹ Nesse acordo não se dizia nada sobre a demarcação de fronteira entre a Índia e o Tibete, mas foram estipulados os cinco princípios de coexistência pacífica ou *Panchsheel*, sendo visados como conceitos básicos da política bilateral: 1) o respeito mútuo para cada um; 2) a não agressão mútua; 3) a não intrusão mútua; 3) a igualdade e o benefício mútuo; 5) a coexistência pacífica. É preciso frisar que as relações cordiais entre a Índia e a China representaram perigo para os EUA, mais precisamente através da popularização da ideologia comunista e sua expansão nas condições da democracia indiana, aumentada a probabilidade de deriva da Índia neutral para a esquerda do espectro político.

Dado que naquela altura os aliados anglo-americanos trabalhavam na criação dos blocos defensivos SEATO e CENTO, nos quais foi envolvido o Paquistão, e havendo grande tensão entre a RPC (República Popular da China ou China comunista) e a Formosa (a ilha de Taiwan ou China capitalista), apoiada pelos EUA – um problema que se agudizou no final do ano 1954 e resultou na "Resolução de Formosa" ("Formosa Resolution") do Congresso, que indigitou o presidente dos EUA para defender as ilhas chinesas não comunistas⁵² –, os estrategos da defesa americana e britânica não podiam deixar de reagir à aproximação entre a Índia e a RPC refletida no *Panchsheel*, o que em termos práticos significava a elaboração de um plano para afastar a Índia da RPC com o intuito de prevenir a sua possível transição para o campo comunista⁵³. Para tal, era preciso pôr em causa a sinceridade das intenções pacíficas da Índia através do estímulo da militância dos indianos, explorando os pontos vulneráveis desta nação, convencendo os chineses de que a Índia, ao contrário da sua retórica pacífica, era propensa a resolver os problemas pela força; era, portanto, perigosa e devia ser contida por um golpe preventivo.

O mais doloroso problema da política externa da Índia, o da Caxemira, tinha a ver com o Paquistão, um aliado dos EUA, afetando, não obstante, a China, na criação do Paquistão como contrapeso em relação à Índia. Por isso, os aliados ocidentais tiveram de escolher uma outra fonte de estimulação da militância dos indianos que pudesse desafiar a China. A questão da descolonização foi o tema escolhido para "espicaçar" a consciência coletiva da nação indiana recentemente nascida. O último país colonizador impenitente naquela altura em terras indianas

era Portugal, pois a França cederia Chandernagore à Índia em 1950, ainda detendo Pondicherry. Apesar de Portugal ter sido um aliado importante dos EUA, do ponto de vista militar, bem como político, no decurso da Guerra Fria a Índia Portuguesa, em contraste com o Paquistão, não tinha capacidade para desempenhar um papel significativo na contenção do comunismo mundial. Nehru acrescentava que a incorporação da Índia Portuguesa na República da Índia era apenas uma questão de tempo, pois era sua convicção que o direito a esta terra se baseava na incompatibilidade da ordem colonial portuguesa com a da República da Índia, da mesma maneira que a ordem dos EUA tinha sido incompatível com a da Grã-Bretanha no tempo da doutrina de Monroe, em 1823.

Por isso, a provocação do ódio dos indianos contra o regime colonizador na Índia Portuguesa poderia empurrar a Índia para a captura militar, o que, no que diz respeito ao método, iria ao arrepio daquilo que tinha sido declarado no *Panchsheel* em relação à China. A coexistência pacífica, não intrusão e não agressão entre a República da Índia e a RPC logo se desvaneceriam em caso de ataque contra um Estado, tal como a Índia Portuguesa, que não ameaçava nem direta nem indiretamente a segurança do Hindustão.

Também temos de ter em conta a contestação subtil entre a Índia e a China pela liderança no terceiro mundo. Nehru desistiu de aderir aos 16 países que mandaram as forças militares para a Guerra da Coreia e criticou veementemente os EUA pelo apoio à França na Guerra da Indochina (1946-1954), ignorando a intenção dos americanos de suprimir as guerrilhas comunistas. Pelas divergências óbvias com os EUA no entendimento do que fosse o pior dos males – a descolonização com o comunismo totalitário como se vivia na China ou o colonialismo sem comunistas no poder (tratava-se do caso de Portugal, um aliado dos EUA) –, a Índia não foi oficialmente convidada para a Conferência de Genebra sobre a Indochina que começou no fim de abril de 1954, tendo a China sido convidada. Para além disso, a China tinha duas questões coloniais pendentes, os enclaves Hong Kong (Grã-Bretanha) e Macau (Portugal), que não planeava resolver no futuro próximo. A despeito da denúncia do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português (1887) em 1949, depois da derrota dos voluntários chineses pelos americanos na Guerra da Coreia, a RPC não se atreveria a atacar os aliados dos EUA. Esta situação geopolítica criava uma oportunidade para a República da Índia precipitar a incorporação da Índia Portuguesa e ganhar vantagem perante a RPC, porque aos olhos do terceiro mundo ficaria mais corajosa e decisiva na luta contra o colonialismo europeu. Havia duas vias de realização desta oportunidade: a persistência política e a captura militar. A última via seria completamente contrária à ideia e preconizada pela Índia da não-violência de M.K. Gandhi e da reconstrução das relações internacionais consoante o princípio da cooperação e da primazia do respeito mútuo refletidos no *Panchsheel*. Em caso de desvio da Índia da sua linha principal de não-violência e de transição para a contestação militar indireta com a China, pelo prestígio e influência sobre o terceiro mundo, era muito provável a Índia deparar-se com a máquina de guerra da China, tendo em conta a superioridade indiscutível desta no armamento e nas tropas.

Segundo os princípios metodológicos de Francis Bacon, que dos axiomas inferiores podem ser inferidos axiomas mais generalizadores por meio da indução⁵⁴, podemos considerar que, sob as mesmas circunstâncias, a colisão militar entre a Índia e a China acabaria, pelo menos por algum tempo, com o crescimento de simpatias comunistas dentro da Índia, o que automaticamente a aproximaria do Oeste na área de defesa, pois a URSS não estava disposta a guerrear pela Índia contra a RPC, orientada pelos comunistas. Tendo em consideração a tradição do “grande jogo asiático” do século XIX entre a Grã-Bretanha e a Rússia czarista, com base no princípio “dividir para dominar”, e a intenção dos britânicos de instruírem os americanos neste sentido, de que já falámos, é seguro supor que não tivessem deixado de aproveitar as vantagens da deterioração das relações sino-indianas. Portanto, em conformidade com aquilo que fizeram na Guiana Britânica para prevenir a expansão do comunismo, os aliados ocidentais estavam interessados na implementação de uma política subtil, que acabasse com as simpatias procomunistas.

⁵⁴ Cf. “Francis Bacon”, in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, op. cit.

⁵⁵ Cf. P. S. Lele, *Dadra and Nagar Haveli: past and present*, Union Territory of Dadra & Nagar Haveli, Edição de Autor, 1987.

⁵⁶ Sandrine Bègue, *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-Continent Indien (1945-1962)*, vol. 1, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, vol. 1, p. 597.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ Cf. *Nehru's Speeches*, vol. 3, New Delhi, Publications Division of the Ministry of Information and Broadcasting, Government of India, 1958-1964, p. 383.

⁵⁹ Benjamin Zachariah, *op. cit.*, p. 297.

⁶⁰ S. Gopal (ed.), *Selected Works of Jawaharlal Nehru*, vol. 1, 2.^a série, New Delhi, Jawaharlal Nehru Memorial Fund / Oxford University Press, 1984, p. 441.

⁶¹ *Ibidem*, vol. 26, pp. 103-104.

⁶² Sandrine Bègue, *op. cit.*, p. 592.

A incandescência das relações entre a Índia e a China, que implicava a desacreditação do *Panchsheel*, podia ser realizada através da abordagem de questões sensíveis para o sentimento nacionalista dos indianos, tendo as melhores sido a questão da Índia Portuguesa e a da demarcação da fronteira indo-tibetana, pois tinham a ver com o território nacional. Por conseguinte, a cisão entre a República da Índia e a RPC, que representavam respetivamente o movimento neutral e o comunismo asiático nascidos havia pouco, eram os melhores pontos num estratagema político a ser elaborado e levado a cabo pelos aliados anticomunistas para conter o crescimento da influência da URSS e da RPC na Ásia do Sul aquando do deflagramento da Guerra Fria.

A revolta em Dadrá e Nagar-Aveli e a tentativa de difamação da não-violência pelas marchas pacíficas dos satyagraha (*satyagrahis*) para Goa

No mês da conclusão do Acordo *Panchsheel*, em abril de 1954, foi criada a Frente Unida para a Libertação de Dadrá e Nagar-Aveli, que colocou a meta de libertar os enclaves da Índia Portuguesa em Gujarat pela força. Independentemente, a Frente Unida de Goeses planeava o mesmo. Em 22 de julho de 1954, os seus membros assaltaram a esquadra da polícia de Dadrá, matando o chefe dela, e em 11 de agosto de 1954 forçaram a polícia portuguesa a render-se. Nem a independência de Dadrá e Nagar-Aveli, nem a reunificação com outros territórios indianos foi reconhecida por Estado nenhum, inclusive a República da Índia,⁵⁵ cujas tropas, aliás, impediram que os portugueses reocupassem os enclaves.

Quase ao mesmo tempo, em meados de agosto de 1954, assistiu-se à intrusão de muita ressonância dos nacionalistas indianos (os não armados) na Índia Portuguesa, o que por um milagre não levou a polícia goesa a fazer vítimas a tiro entre os satyagraha (*satiagrahis*).⁵⁶ No dia de aniversário da independência indiana cerca de 50 dos satyagraha (*satiagrahis*) inspirados pelo princípio de M.K. Gandhi de não-violência, mas sim resistência ativa, entraram em Goa. É muito importante ter em conta que Gandhi nunca levou nem levaria a cabo quaisquer atos ligados à violação das fronteiras de outros países, amigáveis ou não.⁵⁷ Isso significou, pura e simplesmente, a deturpação do espírito da doutrina de Gandhi, pois, em caso da resistência à polícia, a situação culminaria com muita probabilidade em homicídios. J. Nehru expressou à câmara baixa do parlamento indiano (*Lok Sabha*) o seu desacordo em relação a esta ação: se a satyagraha fora levada a cabo contra o aparato governamental, bem mais grave era a ação de um governo contra outro.⁵⁸

Por trás desta ação provocadora esteve o Comité de Libertação de Goa, composto pelos comunistas e por membros do Partido Socialista Praja⁵⁹, surgido em 1952 na sequência da fusão do Partido Socialista (antes da independência era o Partido Socialista do Congresso) com o Partido Kisan Mazdoor Praja. Quanto ao Partido Socialista Praja, em julho de 1954 Nehru exigiu na sua carta a Morarji Desai, o governador de Bombaim, que este contivesse o ardor do partido em Gujarat e Maharashtra, que recrutava os voluntários para a marcha a Goa com um interesse material.⁶⁰ Nehru confirmou que ele próprio estava definitivamente contra essa ação dos socialistas, pois naquela fase isso seria pernicioso para Goa e a verdadeira meta deles era virar as consequências nocivas contra o governo indiano. No dia de independência, a 15 de agosto de 1954, Nehru anunciou em Red Vort que sentia que Goa era também um teste para outros países do mundo,⁶¹ no contexto em que a Índia Portuguesa teria de ser um exemplo de descolonização pacífica na Ásia.⁶² É evidente que naquela altura Nehru contava conseguir persuadir o regime de A. Salazar a ceder a Índia Portuguesa à República da Índia, como a França já tinha cedido Chandernagore. Além disso, três meses depois do discurso de Nehru em Red Vort, a França transferiu realmente Punducherry para a República da Índia. Se em agosto de 1954 Nehru conseguiu, exercendo pressão, persuadir os socialistas para que os satyagraha (*satyagrahis*) se infiltrassem no território de Goa em pequenos grupos para evitar vítimas, a repetição da marcha dos socialistas em 1955 chegou aos 20 mortos a tiro, o que suscitou uma ava-

lanche de indignação do público indiano e levantou uma vaga de sentimentos nacionalistas agressivos, sendo terminadas as relações diplomáticas entre a República da Índia e o Estado Novo de Portugal.⁶³

Para entender as forças por trás dessas marchas provocadoras temos de virar a atenção para os líderes do Partido Socialista Praja. Apesar de Rammanohar Lohia, o secretário-geral deste partido, ter sido um socialista atípico (*maverick socialist*), sendo um adepto da satyagraha e ao mesmo tempo um oponente de Nehru, bem como dos sistemas económicos dos EUA e da URSS, os velhos amigos e colaboradores dele no movimento socialista indiano, Jayaprakash Narayan e Minoo Masani, foram na realidade dos mais importantes agentes da influência dos EUA. Masani encabeçava a Sucursal Indiana do Congresso para a Liberdade Cultural (CLC) – uma organização financiada pela CIA –, que promovia a orientação ocidental da Índia na Guerra Fria,⁶⁴ enquanto Narayan, sendo associado do CLC, foi o líder informal do Partido Socialista Praja, que trabalhava com o CLC⁶⁵ e criticava veementemente Nehru pela falta de resolução no caso da Índia Portuguesa.⁶⁶ Inicialmente, Narayan era um sequaz da aplicação da violência no atingimento da liberdade política e social, mas considera-se que depois reconheceu a superioridade da satyagraha de Gandhi. Porém, como provou o fuzilamento dos satyagraha (*satyagrahis*) em Goa – que, dada a sua grande probabilidade, devia ter sido previsto –, ele não tinha interiorizado verdadeiramente o princípio de não-violência de Gandhi, pois provocar um acontecimento do género significa tê-lo em conta como meio aceitável.

O facto de os partidos Socialista e Comunista, por detrás dos quais estiveram as forças hostis na Guerra Fria, terem suportado os satyagraha (*satyagrahis*) não constitui, em si, uma contradição, porque os comunistas indianos não escondiam a sua ligação ideológica à URSS, ao passo que os socialistas indianos faziam o contrário em relação aos EUA. Só em 1967 foi revelado ao público indiano o facto inesperado do financiamento do CLC pela CIA, bem como as eminentes personalidades políticas e sociais envolvidas,⁶⁷ entre as quais também deviam constar pessoas ligadas a notáveis socialistas. Portanto, estes factos e raciocínios, assim como a recusa dos americanos em fazer qualquer declaração pública condenando a ação do governo indiano no episódio de Dadrá e Nagar-Aveli,⁶⁸ indicam que a marcha dos satyagraha (*satyagrahis*) para Goa foi provavelmente levada a cabo com a participação dos serviços especiais americanos e com o intuito de colocar a opinião pública na Índia contra a presença de Portugal no Hindustano, empurrando enfim Nehru para a campanha militar contra a Índia Portuguesa, tal como ele tinha feito na altura da ocupação de Haidarabad em 1948.⁶⁹

Se a República da Índia aplicasse uma força militar contra o seu vizinho, o Estado Português da Índia, tal significaria que aos olhos dos chineses o *Panch-sheel* era nem mais nem menos do que uma “manha” no “grande jogo asiático” e, por conseguinte, surgiria o sentido de autopreservação, bem como a base moral para castigar o violador da lei de coexistência ou de abstenção de eliminação de seres humanos enquanto for possível coexistir, pois não havia uma necessidade, nem defensiva, nem económica, para a captura violenta dos enclaves pequenos de um país fraco em termos militares. A razão da captura poderia somente ser política, sendo portanto necessário dar uma resposta militar adequada o mais rápido possível para suportar o prestígio da China no terceiro mundo como fonte de força com que pudessem contar também os países desenvolvidos e equilibrando assim o balanço político na Ásia. Caso contrário, Nehru insurgir-se-ia contra a China. Se fosse possível tal conflito militar entre a China e a Índia na sequência da contestação pela liderança do terceiro mundo, a URSS teria perdido muito, pois haveria de ter de escolher entre os dois países com relações amigáveis ou não reagir, o que arrefeceria as relações bilaterais com ambos. Para além disso, a parte mais fraca, a Índia, solicitaria abrigo militar ora à URSS ora aos EUA. Caso a URSS estivesse envolvida na guerra contra a RPC, o que era pouco provável, os aliados anticomunistas conseguiriam provar o papel secundário do ideário do marxismo-leninismo no palco da política internacional, nomeadamente acabar com o dogma da primazia da solidariedade de proletariado, provando a hegemo-

⁶³ Benjamin Zachariah, *op. cit.*, p. 245.

⁶⁴ Dennis Merrill, *op. cit.*, p. 205.

⁶⁵ Benjamin Zachariah, *op. cit.*, p. 246.

⁶⁶ Saul Rose, *Socialism in Southern Asia*, New York, Octagon Books, 1975, p. 57.

⁶⁷ Benjamin Zachariah, *op. cit.*, p. 205.

⁶⁸ Luís Nuno Rodrigues, “Os Estados Unidos e a questão de Goa em 1961”, *Ler História*, n.º 42, 2002, p. 63.

⁶⁹ Willard Range, *Jawaharlal Nehru's World View: A Theory of International Relations*, Athens, University of Georgia Press, 1961, p. 92.

⁷⁰ W. P. Sidhu Singh e Jing-Dong Yuan, *op. cit.*, p. 92.

⁷¹ Beatrice P. Lamb, *op. cit.*, pp. 303-305.

⁷² W. P. Sidhu Singh e Jing-Dong Yuan, *op. cit.*, p. 12.

⁷³ Radomir Luza, *History of the International Socialist Youth Movement*, Sijthoff, Leyden, p. 168.

⁷⁴ Beatrice P. Lamb, *op. cit.*, p. 297; Lambert Mascarenas, *Goa's Freedom Movement*, disponível em <http://www.goacom.com/culture/history/history4.html> (acedido a 1 de junho de 2012); cf. Henry Sholberg, *Bibliography of Goa and the Portuguese in India*, New Delhi, Promilla, 1982.

⁷⁵ Cf. Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 63; Fernando Rosas, "Goa, ou o princípio do fim", in *Orlando Ribeiro. Goa em 1956. Relatório ao Governo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp.11-24.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 299.


nia do nacionalismo, o que muito pouco contribuiria para a promoção da revolução mundial. No caso de abstenção da URSS, a República da Índia não teria outra opção senão recorrer à ajuda dos EUA, o que preveniria a deriva da Índia para o campo comunista por algum tempo e talvez pudesse aproximá-la do campo anticomunista.

Entretanto, entre setembro de 1954 e fevereiro de 1955 os EUA conseguiram criar dois blocos militares na Ásia com a participação do Paquistão: SEATO e CENTO. Sendo oposto à criação de todos os blocos militares como fator divisor artificial entre países amigos,⁷⁰ Nehru tomou parte ativa na criação do movimento dos não-alinhados, termo cunhado por ele numa conferência em Colombo onde começou a preconizar o *Panchsheel*. Neste âmbito, em outubro de 1954 Nehru visitou a China, sendo, em dezembro de 1954, convocada uma conferência em Bogor (Indonésia) com o objetivo de preparar uma outra conferência maior, que se seguiu em abril de 1955 em Bandung (Indonésia) e a que assistiram as delegações de 29 países. Aliás, o alcançamento da unidade afro-asiática era fantasmagórico, pois nem Nehru, nem Chou En-lai, nem outros líderes conseguiram obter unanimidade na assembleia. Para além disso, mais nações tinham contradições: os países muçulmanos do Médio Oriente apelaram à luta contra o zionismo; o Paquistão, a Tailândia e as Filipinas recusaram-se a seguir pela via do degelo nas relações com a China comunista propagada por Nehru.⁷¹ Enfim, Nehru deparou-se com, talvez, inesperada posição da China, que devia ficar alerta. Apesar de todos os seus esforços para convencer o Ocidente a reconhecer a China comunista na ONU, Chou En-lai lamentou a atitude de Nehru em relação à China, definindo-a como dominadora.⁷² Pelo menos essa evidência de contradição latente não podia passar despercebida aos observadores e políticos ocidentais que procuravam obstaculizar a aproximação entre a Índia e a China.

Em meados de agosto de 1955, depois de a polícia portuguesa ter morto 28 indianos e ferido 40 (os satyagraha, *satyagrahis*)⁷³, que entraram em Goa instigados pelo Partido Socialista Praja, cujos líderes foram associados ao Congresso para a Liberdade Cultural discretamente financiado pela CIA, assistiu-se a manifestações antiportuguesas nas cidades indianas. Entendida a ameaça da propagação do espírito hostil e marcial, completamente oposto ao da não-violência de Gandhi, em setembro de 1955 o Congresso Nacional Indiano reunido decidiu não apenas condenar a resolução militar do problema da Índia Portuguesa mas também prevenir no futuro todas as possíveis marchas para Goa⁷⁴. Como se vê sem muita dificuldade, o Governo indiano não tomou a decisão de ocupar os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954-1955, ao contrário do que se dá por aceite na historiografia.⁷⁵ Essa declaração ia ao encontro da política pacífica indiana e da política em relação à China refletida no *Panchsheel*, ao passo que ela não respondia às intenções da diplomacia americana e britânica de fazer colidir um país não-alinhado com outro país comunista (a China), bem como ia contra a ideologia e política da URSS, que tencionava estimular com todos os meios disponíveis a descolonização, através da violência e pela via militar, para cooptar entre os regimes revolucionários surgidos como novos aliados na Guerra Fria.

Em dezembro de 1955, durante a sua visita à Índia, o líder da URSS, N. S. Khrushchev, criticou a posição do regime de Salazar em relação à Índia Portuguesa. Passados dois dias, o Secretário do Estado dos EUA, John Foster Dulles, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, divulgaram uma declaração conjunta, criticando de forma inflexível a posição de Krushchev sobre as "províncias portuguesas no Oriente". Os *media* indianos, uma parte significativa dos quais tinha sido apoiada pelo Congresso para a Liberdade Cultural financiado pela CIA, ficaram enfurecidos pelo reconhecimento implícito dos EUA do direito de Portugal às suas colónias na Índia. Em consequência disso, os EUA logo divulgaram uma outra declaração, desta vez unilateral, em que frisavam a sua neutralidade em relação a Goa, enquanto a declaração prévia não ia além de uma resposta adequada à tentativa de Khrushchev de provocar uma turbulência política.⁷⁶ Em termos analíticos, isto significa que a declaração americana e portuguesa foi uma declaração formal direta, suprida em seguida por outra declaração,

desta feita formal indireta, sobre o mesmo assunto. A ambiguidade criada pela declaração americana unilateral indicava que em caso de ação militar da República da Índia contra a Índia Portuguesa os EUA não interviriam. A captura da Índia Portuguesa devia permanecer como um fator fulcral na violação do espírito do *Panchasheel*, antagonizando a China e a Índia. Tendo em conta a ligação dos líderes do Partido Socialista Praja, que esteve por trás das marchas para Goa, com o Congresso para a Liberdade Cultural discretamente financiado pela CIA, bem como a atmosfera ambígua que a diplomacia americana criou com a sua posição oficial neutral em relação a Goa, agravada pela declaração anterior procolonialista com Portugal, seria consistente inferir que os serviços especiais americanos também participaram de alguma maneira na preparação da revolta em Dadrá e Nagar-Aveli. Contudo, é possível sustentar, com alta probabilidade, que a Índia Portuguesa foi envolvida num estratagema político que se desenvolvia na Ásia do Sul, no pano de fundo da Guerra Fria.



Resumo:

Neste trabalho, procuraremos desenvolver algumas linhas de leitura de um vasto campo de investigação em curso no sentido de perceber os contextos profundos da captura da Índia Portuguesa. Depois de expormos a metodologia que norteará o estudo, analisaremos o contexto da Guerra Fria e dos diferentes interesses políticos funcionando em simultâneo, no sentido de integrar essa derrota militar do Estado Novo português num âmbito mais alargado. Procuraremos assim expor argumentos que nos levam a ponderar a existência de conspirações de ambos os blocos em conflito para que se propiciasse um clima de revolta na Índia Portuguesa.

Palavras-chaves: Conspiração; Guerra Fria; Índia Portuguesa; Estado Novo; Estratagema Político.

Abstract:

This paper tries to develop some interpretations in an ongoing vast research field, aiming to understand the deep contexts of the Portuguese India's capture. After exposing the study's methodology, we will analyze the context of both the Cold War and the different political interests functioning together, in order to place the New State's military vanquish in a more thorough scope. We will try to expose arguments leading to consider the existence of conspiracies in both conflicting blocs, with the objective of promoting the revolt in Portuguese India.

Keywords: Conspiracy; Cold War; Portuguese India; New State; Political Stratagem.